

Prefeitura Municipal de Maricá

		N° DO PROCESSO	DATA ABERTURA
		0023765/2024	24/10/2024 10:28:57
IGEM SOMAR			
QUERENTES	AL DE CONSTRUÇÃO E SEF	RVIÇOS LTDA	
CI COMERCIO DE			
ATEGORIA/ASSUNTO			
ATEGORIA/ASSUNTO LICITAÇÃO / INTERPOSIÇÃ	O DE RECURSOS		
BSERVAÇÕES			
14 2024			
RECURSO PP 41-2024	•		
RECURSO PP 41-2024	•		
RECURSO PP 41-2024	•		
RECURSO PP 41-2024	TRAMITAÇÃO	DO PROCESSO	TODONSÁVEL PELO TRA
RECURSO PP 41-2024	TRAMITAÇÃO PARA	DO PROCESSO DATA	RESPONSÁVEL PELO TRÁ
RECURSO PP 41-2024			RESPONSÁVEL PELO TRÂ
RECURSO PP 41-2024			RESPONSÁVEL PELO TRÂ
RECURSO PP 41-2024			RESPONSÁVEL PELO TRÂ
RECURSO PP 41-2024			RESPONSÁVEL PELO TRÂ
RECURSO PP 41-2024			RESPONSÁVEL PELO TRÁ
RECURSO PP 41-2024			RESPONSÁVEL PELO TRA
RECURSO PP 41-2024			RESPONSÁVEL PELO TRÂ
RECURSO PP 41-2024			RESPONSÁVEL PELO TRÂ

FOLHA DE ROSTO DO PROCESSO

	FULHA	A DE ROCTO I I
N° DO PROCESSO	0023765/2024	DATA DE ENTRADA 24/10/2024 10:28:57
SETOR DO USUÁRIO		
DIVISÃO CPL		

ASSUNTO LICITAÇÃO / INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

COMPLEMENTO RECURSO PP 41-2024

DADOS DO REQUERENTE

REQUERENTE

LCI COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA

ELEFONE

CORREIO ELETRÔNICO (EMAIL)

DOCUMENTOS ANEXADOS E NÃO ANEXADOS

DOCOMENTO	OBSERVAÇÃO	ANEXADO?
DOCUMENTOS	OBSERVAÇÃO	
	•	

USUÁRIO DA CRIAÇÃO DO PROCESSO 500105-ANA PAULA CORREA PRADO--ASSESSOR 3 - AS 3



Estado do Rio de Janeiro Prefeitura Municipal de Maricá N° DO PROCESSO

DATA ABERTURA

0023765/2024

24/10/2024 10:28:57

LCI COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA REQUERENTE

LICITAÇÃO / INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

COMPLEMENTO

RECURSO PP 41-2024

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS E OBRA DE MARICÁ (SOMAR)

SOMAR

PROCESSO Nº: 23765 (2024)

DATA DE INÍCIO: 24/40/2024

RIBRICA: NOOP. RIS. 03

Processo Administrativo n.º 26.250/2023 Pregão Presencial n.º 41/2024 – SRP

LCI COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 33.968.417/0001-00, domiciliada na Rua Dr.º Alberto Torres, loja, Vila Lage – São Gonçalo/RJ, CEP 24426-260, vem, *mui* respeitosamente, perante a presença do Ilustríssimo, apresentar RECURSO contra sua desclassificação, tendo em vista a manifestação de intenção de recorrer registrada na Ata n.º 7, pelas razões que se seguem:

I – DA TEMPESTIVIDADE:

01. A Licitante, ora Recorrente, manifestou intenção de recorrer na Sessão do dia 18/10/2024 (sexta-feira), conforme Ata n.º 7, tendo prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar razões, contados a partir da manifestação em Sessão, conforme inciso XVIII, do art. 4º da Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, e Item 15 do Edital.

02. Valendo registrar que, segundo a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, sem seu artigo 110, "Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Lei, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.". (negritado e grifado)

SIDNEY

Assinado de forma digital por SIDNEY

BARROS

BARROS

ROSA:1069221

ROSA:10692212795 Dados: 2024.10.23 19:14:47 -03'00'

2795

1

- 03. Dessa feita, está sendo interposto o recurso neste dia (23/10/2024 quartafeira), de tal sorte que, o é tempo hábil.
- 04. Assim, requer a Recorrente o recebimento de seu recurso e das documentações que a instruem.

II - DAS PRELIMINARES:

PROCESSO Nº: 237 66 (2014)

DATA DE INÍCIO: 44 / 40 / 2014

RUBRICA: 4909 FLS: 94

A) DO DEVER-PODER DE AUTOTUTELA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ANULAR SEUS PRÓPRIOS ATOS

- 05. É de conhecimento comezinho que a Administração Pública tem o deverpoder de anular seus atos quando eivados de vícios.
 - 06. Em 1969 o Supremo Tribunal 'Federal firmou o entendimento que:

"A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.". (negritado e grifado)

- 07. A partir daí passou-se a se entender que a administração não PODE, mas DEVE anular seus atos viciados e, ainda que, o DEVER antecede o PODER. Ou seja: um dever-poder.²
- 08. Por exemplo, o art. 49 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, diz que a Administração Pública deve anular a licitação "por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parêcer escrito e devidamente fundamentado.". (negritado e grifado)

SIDNEY

212705

Assinado de forma digital por SIDNEY

BARROS BARROS

ROSA:10692212795 Dados: 2024.10.23

ROSA:10692

2

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Enunciado n.º 222. Súmula de Jurisprudência Predominante. Aprovado em 03/12/1969. Publicado no DJ em 10/12/1969, p. 5.929.

² MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 26 ed., 2009, p. 72-80.

SOMAR

PROCESSO Nº: 23465 13004

DATA DE INÍCIO: 24/10/2006

EUPRICA: 1000 FLS: 05

09. Tanto é que a própria Entidade licitante, na Sessão do dia 15/10/2024, conforme Ata n.º 06, anula (porém, erroneamente, chama de revogação) atos anteriores, para aplicar o entendimento do Enunciado n.º 262 da Súmula de Jurisprudência do TCU, que interpreta o art. 48, inciso II, § 1º, alíneas "a" e "b", da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

- 10. Porém, fazer confusão dos institutos (anulação e revogação), anula somente "os atos anteriores de habilitação de exequibilidade das empresas já apontadas nesse processo até o momento", deixando de fora as decisões de desclassificação, o que não faz sentido algum. Sem falar que não existe habilitação de exequibilidade!
- 11. Ocorre que, a Entidade licitante feriu a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como o entendimento consolidado do TCU, que assevera que <u>é</u> <u>ilegal julgar propostas inexequíveis sem indicação de critérios (justificados) usados para a análise</u>.
- 12. A Entidade só estabeleceu critérios de inexequibilidade em 15/10/2024, conforme Ata n.º 06, porém sem os justificar.
- B) ENUNCIADO N.º 222 DA SÚMULA DE JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
 - 13. Segundo o Plenário do Tribunal de Contas da União:

"As Decisões do Tribunal de Contas da União, relativas à aplicação de normas gerais de licitação, sobre as quais cabe privativamente à União legislar, devem ser acatadas pelos administradores dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios." (negritado e grifado)

14. A Entidade licitante também admitiu tal posição o anular na Sessão do dia 15/10/2024, conforme Ata n.º 06, quando anulou seus atos e aplicou o Enunciado n.º 262

SIDNEY

Assinado de forma digital por SIDNEY

BARROS

BARROS

ROSA:10692

ROSA:10692212795 Dados: 2024.10.23

212795

3

³ BRASIL. *Tribunal de Contas da União*. Decisão n.º 759/1994-Plenário. Relator Ministro Iram Saraiva. Sessão em 13/12/1994.

da Súmula de Jurisprudência do TCU, que interpreta o art. 48, inciso II, § 1°, alíneas "a" e "b", da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

III – DAS RAZÕES:

PROCESSO Nº: 207 65 120 L DATA DE INÍCIO: 24 / 40 / 20 L RUBRICA: JOOP FLS: 06

A) DA SÍNTESE DOS FATOS

15. A Recorrente participou do Pregão Eletrônico n.º 41/2024 – SRP, Processo Administrativo n.º 26.250/2023, que objetiva o "Registro de Preços para Aquisição de Madeiras e Insumos para Decks Futuros, conforme especificações e quantidades constantes do Termo de Referência.".

16. A licitação é composta por 8 (oito) itens, in verbis:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
1	Madeira maciça aparelhada em peças, de 7,50x7,50cm (3"x3") em peças de 6,00m, com alta resistência a deteriorização por exposição à água, resistênte à ataque de fungos e cupins, durabilidade	M	12.701,00	R\$ 95,91	R\$ 1.318.152,91
2	superior a 9 anos. Madeira maciça aparelhada, escoras com 6,00m de comprimento de 18 x 18cm, com alta resistência a deteriorização por exposição à água, resistênte à ataque de fungos, cupins e com durabilidade superior a 9		6.351,00	R\$ 275,04	R\$ 1.746.779,04
3	anos. Madeira maciça aparelhada 10 cm de largura x 2 cm de espessura em peças de 6,00m, com alta resistência a deteriorização por exposição à agua, resistênte à ataque de fungos, cupins e com durabilidade		50.804,00	R\$ 36.40	R\$ 1.849.265,60
4	superior a 9 anos. Madeira maciça aparelhada	a M	6.351,00	R\$ 92,62	R\$ 588.299,62

SIDNEY

Assinado de forma digital por SIDNEY

BARROS ROSA:1069221 ROSA:

BARROS ROSA:10692212795 Dados: 2024.10.23

2795

19:15:33 -03'00'

	20cm de largura x 5cm de espessura em peças de 6,00m, com alta resistência a deteriorização por exposição à agua, resistênte à ataque de fungos, cupins e com durabilidade			RUBRIC	1: WOOP FLS
5	superior a 9 anos. Barra Rosqueada em Aço Inox, 1,00MX1/2"	UM	6.351,00	R\$ 65,36	R\$ 415.101,36
6	Porca Sextavada de Aço Inox, de 1/2"	UM.	15.243,00	R\$ 1,85	R\$ 28.199,55
7	Parafuso Inox Auto Atarraxante 8 X 250mm Para Deck	UM	152.410,00	R\$ 2,46	R\$ 374.928,60
8	Parafuso Inox Auto Atarraxante 4,8 X 60mm Para Deck	UM	762.048,00	R\$ 0,78	R\$ 594.397,44

- 17. No decorrer do certame, pelo que se deu para entender, a Recorrente foi desclassificada em relação aos itens 01, 02, 03 e 04, tendo em vista suposta inexequibilidade, conforme as Atas n.ºs 6 e 7.
 - 18. Desta feita, se recorre da desclassificação.

B) DOS FATOS (MUITO CONFUSOS)

- 19. Em Sessão Pública do dia 27/09/2024, iniciada às 10 (dez) horas, <u>foi</u>

 <u>declarado que a Recorrente "Apresentou a proposta conforme exigência solicitada em</u>

 <u>Edital"</u>. A Sessão foi suspensa para elaboração de ranking, sendo remarcada para a mesma data, às 14 (quatorze) horas.
- 20. Em continuidade, às 14 (quatorze) horas, ficou decido que "foram identificados valores muito abaixo do estimado no edital, com isso a Diretoria de Obras Diretas solicitou exequibilidade dos preços ofertados pelas empresas", especificadas abaixo:

EMPRESAS:	ITENS:
JIT Serviços e Comércio Material	01, 02 e 04
Elétrico LtdaME	

SIDNEY BARROS Assinado de forma digital por SIDNEY BARROS ROSA:10692212 ROSA:10692212795 Dados: 2024.10.23 19:16:00-03'00'

PROCESSO Nº: 287610004

	DATA DE INICIONAL
Naopati Madeiras Ltda.	01, 02 e 04 AVOP. FLS: C
MM Efrain Comércio e Serviço Ltda.	01, 02 e 04
Henrytech Comércio e Serviços Eireli	01, 03 e 04
ME	
B.C.C. Comércio e Serviços Ltda.	02
MV2 Soluções Comerciais Ltda.	03, 05, 06, 07 e 08
Q. G. RJ Comércio de Serviços Ltda.	03, 05, 06, 07 e 08
ALN Empire Comércio e Serviços	03, 05, 06, 07 e 08
Eireli EPP	
FL da Cunha Soluções Empresariais	05, 06, 07 e 08
Ltda.	07
Pravadelli Comércio de Imóveis e Madeiras Ltda.	07
CWP Comércio e Serviços Eirelli ME	08

21. Ficou concedido prazo de 2 (dois) dias para que as referidas licitantes apresentassem comprovação da exequibilidade dos valores ofertados, ficando marcada a continuação da Sessão para o dia 03/10/2024, às 9 (nove) horas.

22. Em Sessão do 03/10/2024, concluiu-se que:

"Dando Continuidade, e após análise das exequibilidades apresentadas, a Diretoria de Obras, identificou que embora demonstrem em sua grande maioria, através de documentos de alegados fornecedores a possibilidade de cumprimento dos valores apresentados, o técnico entende que as informações prestadas não foram suficientes para a confirmação das propostas, uma vez que os orçamentos encontram-se sem assinatura, orçamentos de representante comercial e não fornecedor, orçamento de empresa que não comercializa o objeto da licitação e orçamento sem detalhamento da composição da proposta da empresa. Considerando ainda que houve apresentação de orçamento enganoso, em outro processo a Diretoria solicita que seja dado novo prazo as empresas para que apresentem notas fiscais ou outros documentos que possam comprovar a prática de comercialização de fornecedores dos materiais deste objeto pelos preços propostos, de forma a confirmar a exequibilidade necessária ao presente processo. Deste modo, fica desde já, concedido o prazo de 02 (dois) dias úteis, para que as empresas, apresentem a comprovação da exequibilidade dos

SIDNEY BARROS Assinado de forma digital por SIDNEY BARROS

ROSA:1069

2212795

ROSA:10692212795 Dados: 2024.10.23 19:16:17 -03'00' valores ofertados. Por fim, informamos que fica desde já remareada a continuação para o dia 09/10/2024 às 09 horas.". (negritado e grifado)

- 23. Vale ressaltar que, a decisão se refere as licitantes constantes no parágrafo n.º 8 destas razões, conforme se comprova pelas Atas n.ºs 03 e 04 e análise de exequibilidade anexada a Ata n.º 4. Ou seja, a decisão não se direciona a Recorrente que, como consequência, não tem nada a provar e documentos a juntar.
- 24. Na Sessão do dia 09/10/2024, conforme Ata n.º 05, foram desclassificadas dos seus respectivos itens, por motivo de não apresentação de documentação, as seguintes licitantes:

EMPRESAS:	ITENS:
B.C.C. Comércio e Serviços Ltda.	02
MV2 Soluções Comerciais Ltda.	03, 05, 06, 07 e 08
Q. G. RJ Comércio de Serviços Ltda.	03, 05, 06, 07 e 08
ALN Empire Comércio e Serviços	03, 05, 06, 07 e 08
Eireli EPP	
FL da Cunha Soluções Empresariais	05, 06, 07 e 08
Ltda.	07
Pravadelli Comércio de Imóveis e Madeiras Ltda.	

25. Na mesma Sessão, ficou decidido que as seguintes licitantes atenderam os requisitos de exequibilidade:

EMPRESAS:	ITENS:
Naopati Madeiras Ltda.	01, 02 e 04
Henrytech Comércio e Serviços Eireli	01, 03 e 04
ME	

26. Ainda na Sessão, restou desclassificada as seguintes licitantes:

SIDNEY BARROS Assinado de forma digital por SIDNEY

BARROS

ROSA:1069221279

ROSA:10695

2212795

Dados: 2024.10.23 19:16:31 -03'00'

EMPRESAS:	FITENS:A: OPOP. MI
JIT Serviços e Comércio Material Elétrico LtdaME	01, 02 e 04
MM Efrain Comércio e Serviço Ltda.	01, 02 e 04
CWP Comércio e Serviços Eirelli ME	08

27. Por fim, ficou decido que:

"Mediante ao exposto o ranking precisou ser alterado, e ainda foram identificados valores muito abaixo do estimado no edital, nos itens 01, 02, 03 e 04, com isso a Diretoria de Obras Diretas, mantêm a solicitação de exequibilidade dos preços ofertados pelas empresas, conforme segue:

EMPRESAS:	ITENS:
Naopati Madeiras Ltda.	01, 02 e 04
Q. G. RJ Comércio de Serviços	03, 05, 06, 07 e 08
atda. ALN Empire Comércio e Serviços	03, 05, 06, 07 e 08
Cireli EPP EL da Cunha Soluções Empresariais Ltda.	05, 06, 07 e 08
ravadelli Comércio de Imóveis e Nadeiras Ltda.	07
LCI Comércio de Material de Construção e Serviços Eireli	3.1
VI Mercadorias e Serviços em Geral Ltda.	03

Deste modo, fica desde já, concedido o prazo de 02 (dois) dias úteis, para que as empresas, apresentem a comprovação da exequibilidade dos valores ofertados. Por fim, informamos que fica já remarcada a continuação para o dia 15/10/2024 às 09 horas.". (negritado e grifado)

- 28. Na Sessão do dia 15/10/2024, conforme Ata n.º 6, a Recorrente foi desclassificada do item 03.
- 29. Nesta mesma Sessão, com o nome de revogação, a Entidade licitante anulou "os atos anteriores de habilitação de exequibilidade das empresas já apontadas nesse processo até o momento.", fazendo isso para aplicar o entendimento do Enunciado n.º 262 da Súmula de Jurisprudência do TCU, que interpreta o art. 48, inciso II, § 1º, alíneas "a" e "b", da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

SIDNEY BARROS Assinado de forma digital por SIDNEY BARROS

ROSA:1069 2212795

ROSA:10692212795 Dados: 2024.10.23 19:16:42 -03'00'

SOMAR PROCESSO Nº: 13763 2004 DATA DE INÍCIO: 04 100 120 34 RUBRICA: VPOP. FLS: 11

- 30. Vale asseverar que, nesta mesma Ata passou-se a adotar um critério, mas sem justificativa.
- 31. Na Sessão do dia 18/10/2024, foi desclassificada dos itens 01, 02 e 04. Nesta Sessão, manifestou o interesse em recorrer.
- C) DA ILEGALIDADE DE JULGAR PROPOSTAS INEXEQUÍVEIS SEM INDICAÇÃO DE CRITÉRIOS (JUSTIFICADOS) USADOS PARA A **ANÁLISE**
- 32. Sem muitas dilações porque o tema é pacífico, segundo o Plenário do TCU é ilegal julgar propostas inexequíveis sem indicação de critérios (justificados) usados para a análise. Neste sentido, o douto Tribunal, no Acórdão n.º 1.620/2018 determinou:
 - "9.4. dar ciência ao Serviço Federal de Processamento de Dados de
 - 9.4.1. a ausência de critérios para analisar-se a inexequibilidade dos preços das propostas, conforme verificado no edital do PE SRP 1.609/2017, afronta o art. 48, II, da Lei 8.666/1993, bem como o art. 56, § 4°, da Lei 13.303/2016;
 - 9.4.2. a exclusão de lances considerados inexeguíveis deve ser feita apenas em situações extremas, nas quais se veja diante de preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero;".4
 - 33. Todas as desclassificações, até a Sessão do dia 15/10/2024, foram feitas pela Entidade licitante foram sem critério. A partir daí, teve critério (Ata n.º 06), mas critério sem a mínima justificativa. Segundo, nenhum valor foi simbólico, irrisório de zero.
 - 34. Dessa feita, Entidade licitante deve anular todas as decisões sobre as propostas e recomeçar daí.

SIDNEY

Assinado de forma digital por SIDNEY

BARROS

212705

BARROS

ROSA:10692 ROSA:10692212795

Dados: 2024.10.23 10.17.53 031001

⁴ BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1.620/2018-Plenário. Relator Ministro José Mucio Monteiro. Processo n.º 008.876/2018-5. Representação. Sessão em 18/07/2018.

IV - DO PEDIDO:

35. Pelo exposto, requer: a) o recebimento desta peça com os documentos que instruem; e b) anular todas as decisões sobre as propostas (classificação ou desclassificação) e recomeçar daí com base no entendimento do TCU.

> Nestes termos, pede deferimento.

Maricá, 23 de outubro de 2024.

Assinado de forma digital por

SIDNEY BARROS

SIDNEY BARROS ROSA:10692212795

ROSA:10692212795 Dados: 2024.10.23 19:17:26

-03'00'

LCI COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ n.º 33.968.417/0001-00

Sidney Barros Rosa

CPF n.º 106.922.127-95

L C I COMERCIO

DE MATERIAL

DE

MATERIAL DE CONSTRUCAO E CONSTRUCAO E SERVIC:33968417000100

SERVIC:339684 Dados: 2024.10.23

Assinado de forma digita

por L C I COMERCIO DE

17000100

DOCUMENTOS ANEXADOS:

- a) Contrato Social ou última Alteração Contratual Consolidada;
- b) Comprovante do CNPJ; e
- c) Documento de Identificação do Sócio Administrador.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SOMAR

PROCESSO Nº: 037 60 16

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

DATA DE INÍCIO: 24

3.968.417/0001-00 ATRIZ	COMPROVANTE DE	EINSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO 18/06/2019
OME EMPRESARIAL C I COMERCIO DE MA	TERIAL DE CONSTRUCAO E S	SERVICOS LTDA
ITULO DO ESTABELECIMENTO	(NOME DE FANTASIA)	PORTE EPP
E - A APPL	IDADE ECONÓMICA PRINCIPAL arejista de materiais de consti	rução em geral
14.12-6-01 - Confecção 14.13-4-01 - Confecção 18.22-9-99 - Serviços de 25.42-0-00 - Fabricação 43.21-5-00 - Instalação 43.22-3-01 - Instalações 43.22-3-02 - Instalação 43.22-3-04 - Montagem	de roupas profissionais, excet o acabamentos gráficos, excet de artigos de serralheria, exc e manutenção elétrica e manutenção de sistemas ce e instalação de sistemas e eq	to sob medida to encadernação e plastificação eto esquadrias ás ntrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração ulpamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e
43.99-1-03 - Obras de a 43.99-1-04 - Serviços d uso em obras		equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas par
45.20-0-01 - Serviços d 45.20-0-05 - Serviços d 46.23-1-06 - Comércio 46.42-7-02 - Comércio 46.45-1-01 - Comércio 46.49-4-01 - Comércio	le manuteria de repuis de la vagem, lubrificação e poli atacadista de sementes, flore atacadista de roupas e acesso atacadista de instrumentos e atacadista de equipamentos e	mento de veículos automotores s, plantas e gramas órios para uso profissional e de segurança do trabalho materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios elétricos de uso pessoal e doméstico
45.20-0-01 - Serviços d 45.20-0-05 - Serviços d 46.23-1-06 - Comércio 46.42-7-02 - Comércio 46.45-1-01 - Comércio 46.49-4-01 - Comércio 46.49-4-02 - Comércio 46.49-4-04 - Comércio	le manuteniga e reprisore le lavagem, lubrificação e poli atacadista de sementes, flore: atacadista de roupas e acessa atacadista de instrumentos e atacadista de equipamentos e atacadista de aparelhos eletra atacadista de móveis e artigo	mento de veículos automotores s, plantas e gramas órios para uso profissional e de segurança do trabalho materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios elétricos de uso pessoal e doméstico
45.20-0-01 - Serviços d 45.20-0-05 - Serviços d 46.23-1-06 - Comércio 46.42-7-02 - Comércio 46.45-1-01 - Comércio 46.49-4-01 - Comércio 46.49-4-02 - Comércio 46.49-4-04 - Comércio	le manuteniça e reprise la vagem, lubrificação e poli atacadista de sementes, flore: atacadista de roupas e acesse atacadista de instrumentos e atacadista de equipamentos e atacadista de aparelhos eletro atacadista de móveis e artigo atureza juridica presária Limitada	mento de veículos automotores s, plantas e gramas órios para uso profissional e de segurança do trabalho materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios elétricos de uso pessoal e doméstico ônicos de uso pessoal e doméstico s de colchoaria NÚMERO 1003 COMPLEMENTO ************************************
45.20-0-01 - Serviços o 45.20-0-05 - Serviços o 46.23-1-06 - Comércio 46.42-7-02 - Comércio 46.45-1-01 - Comércio 46.49-4-01 - Comércio 46.49-4-02 - Comércio 46.49-4-04 - Comércio CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA N 206-2 - Sociedade Em	le manuteniça e reprise la vagem, lubrificação e poli atacadista de sementes, flore: atacadista de roupas e acesse atacadista de instrumentos e atacadista de equipamentos e atacadista de aparelhos eletro atacadista de móveis e artigo atureza juridica presária Limitada	mento de veículos automotores s, plantas e gramas órios para uso profissional e de segurança do trabalho materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios elétricos de uso pessoal e doméstico ônicos de uso pessoal e doméstico is de colchoaria
45.20-0-01 - Serviços o 45.20-0-05 - Serviços o 46.23-1-06 - Comércio 46.42-7-02 - Comércio 46.45-1-01 - Comércio 46.49-4-01 - Comércio 46.49-4-02 - Comércio 46.49-4-04 - Comércio CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA N 206-2 - Sociedade Em	le manuteniça e reprise la vagem, lubrificação e poli atacadista de sementes, flores atacadista de roupas e acessi atacadista de instrumentos e atacadista de equipamentos e atacadista de aparelhos eletri atacadista de móveis e artigo la	mento de veículos automotores s, plantas e gramas órios para uso profissional e de segurança do trabalho materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios elétricos de uso pessoal e doméstico ônicos de uso pessoal e doméstico s de colchoaria NÚMERO
45.20-0-01 - Serviços of 45.20-0-05 - Serviços of 45.20-0-05 - Serviços of 46.23-1-06 - Comércio 46.42-7-02 - Comércio 46.49-4-01 - Comércio 46.49-4-02 - Comércio 46.49-4-04 - Comércio 60.49-4-04 - Comércio CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAN 206-2 - Sociedade Em LOGRADOURO R DR. ALBERTO TOR CEP 24.426-260	le manuteniça e reprise la vagem, lubrificação e poli atacadista de sementes, flores atacadista de roupas e acessi atacadista de instrumentos e atacadista de equipamentos e atacadista de aparelhos eletricatacadista de móveis e artigo la	mento de veículos automotores s, plantas e gramas órios para uso profissional e de segurança do trabalho materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios elétricos de uso pessoal e doméstico considerados de colchoaria NÚMERO
45.20-0-01 - Serviços of 45.20-0-05 - Serviços of 45.20-0-05 - Serviços of 46.23-1-06 - Comércio 46.42-7-02 - Comércio 46.49-4-01 - Comércio 46.49-4-02 - Comércio 46.49-4-04 - Comércio 46.49-4-04 - Comércio CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA N 206-2 - Sociedade Em LOGRADOURO R DR. ALBERTO TOR CEP 24.426-260 ENDEREÇO ELETRÔNICO LICITACAO.LCI@GM	le manuteniça e reprise la vagem, lubrificação e poli atacadista de sementes, flores atacadista de roupas e acessi atacadista de instrumentos e atacadista de equipamentos e atacadista de aparelhos eletricatacadista de móveis e artigo la	mento de veículos automotores s, plantas e gramas órios para uso profissional e de segurança do trabalho materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios elétricos de uso pessoal e doméstico ônicos de uso pessoal e doméstico s de colchoaria NÚMERO
45.20-0-01 - Serviços of 45.20-0-05 - Serviços of 46.23-1-06 - Comércio 46.42-7-02 - Comércio 46.45-1-01 - Comércio 46.49-4-01 - Comércio 46.49-4-02 - Comércio 46.49-4-04 - Comércio CODIGO E DESCRIÇÃO DAN 206-2 - Sociedade Em LOGRADOURO R DR. ALBERTO TOR CEP 24.426-260 ENDEREÇO ELETRÔNICO LICITACAO.LCI@GM ENTE FEDERATIVO RESPO ******	le manuteniça e reprise la vagem, lubrificação e poli atacadista de sementes, flore: atacadista de roupas e acesse atacadista de instrumentos e atacadista de equipamentos e atacadista de móveis e artigo atacadista Limitada RES BAIRRO/DISTRITO VILA LAGE AIL.COM	mento de veículos automotores s, plantas e gramas órios para uso profissional e de segurança do trabalho materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios elétricos de uso pessoal e doméstico ónicos de uso pessoal e doméstico es de colchoaria NÚMERO

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 29/08/2024 às 14:50:52 (data e hora de Brasília).

Página: 1/3



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SOMAR

PROCESSO Nº: 13765 WOLL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA DATA DE INÍCIO: 24/45/2024 RUBRICAL SPOP.

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
33.968.417/0001-00
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL .

DATA DE ABERTURA 18/06/2019

NOME EMPRESARIAL					
NOME EMPRESARIAL L C I COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUCA	AO E SERVICOS LTDA				
código e descrição das atividades económicas secuni 46.51-6-01 - Comércio atacadista de equipamente 46.69-9-99 - Comércio atacadista de outras máqu 46.93-1-00 - Comércio atacadista de mercadorias agropecuários 47.23-7-00 - Comércio varejista de bebidas 47.41-5-00 - Comércio varejista de tintas e mater 47.42-3-00 - Comércio varejista de vidros 47.43-1-00 - Comércio varejista de vidros	ios de informática uinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças s em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos riais para pintura ico erramentas dra britada, tijolos e telhas e eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo uminação uma, mesa e banho peçaria, cortinas e persianas apelaria rtivos produtos de perfumaria e de higiene pessoal				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA				
206-2 - Sociedade Empresária Limitada					
LOGRADOURO R DR. ALBERTO TORRES	NÚMERŐ 1003 COMPLEMENTO ************************************				
CEP BAIRRO/DISTRITO VILA LAGE	MUNICIPIO SAO GONCALO				
ENDEREÇO ELETRÓNICO LICITACAO.LCI@GMAIL.COM	TELEFONE (21) 9837-5829				
LICITAGAGILG					
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)					

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 29/08/2024 às 14:50:52 (data e hora de Brasília).

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

Página: 2/3

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *******



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SOMAR

PROCESSO Nº: 2346512024

DATA DE INÍCIO: 24 / 45 / 20 DATA DE INÍCIO: 24

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

RUBRICA: OPOP . FLS:

ÚMERO DE INSCRIÇÃO 3.968.417/0001-00 IATRIZ	COMPROVANTE DE IN	SCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO ASTRAL	18/06/2019
OME EMPRESARIAL C I COMERCIO DE MA	TERIAL DE CONSTRUCAO E SER	/ICOS LTDA	
6.20-1-01 - Fornecimer 6.20-1-02 - Serviços de 6.20-1-04 - Fornecimer 11.22-2-00 - Imunização 11.29-0-00 - Atividades 12.30-0-01 - Serviços de 13.29-8-99 - Outras ativer 15.11-8-00 - Reparação 15.21-5-00 - Reparação 15.29-1-02 - Chaveiros	ATUREZA JURÍDICA	nderantemente para consumo do riormente es, exposições e festas epecificadas anteriormente	
206-2 - Sociedade Emp LOGRADOURO R DR. ALBERTO TORI	oresaria Liinitada	NÚMERO 1003 COMPLEMENTO	0
K DIC ALDEM	BAIRRO/DISTRITO	MUNICIPIO SAO GONCALO	UF RJ
24.426-260	VILA LAGE	ONG GOTTO	
	I New Year	TELEFONE (21) 9837-5829	
24.426-260	AIL.COM	TELEFONE	
24.426-260 ENDEREÇO ELETRÔNICO LICITACAO.LCI@GM/	AIL.COM	TELEFONE	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 18/06/2019
24.426-260 ENDEREÇO ELETRÔNICO LICITACAO.LCI@GMA ENTE FEDERATIVO RESPON ***** SITUAÇÃO CADASTRAL	AIL.COM NSÁVEL (EFR)	TELEFONE	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 18/06/2019

provado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

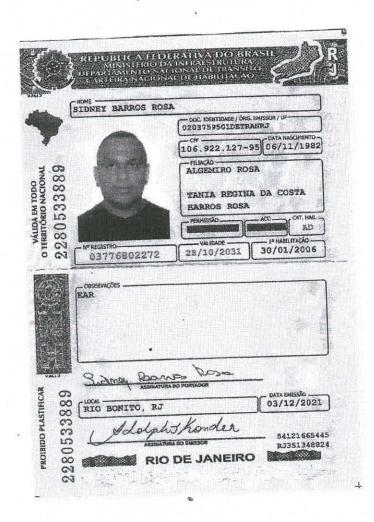
Emitido no dia 29/08/2024 às 14:50:52 (data e hora de Brasília).

Página: 3/3

PROCESSO Nº: 23] 612024

DATA DE INÍCIO: 21/10/2021

PUBRICA: 2009. FLS: 16





NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.6.0084757-5

Empresa de Pequeno Porte

Tipo Jurídico Sociedade empresária limitada Porte Empresarial

№ do Protocolo 00-2023/219040-2

JUCERJA

Útimo arquivamento: 00005003151 - 19/07/2022 NIRE: 33.6.0084757-5

Pago Calculado Orgão 439,00 439,00 Junta 0,00 0,00 DNRC

L C I COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA

Boleto(s):

Hash: 32E61804-0ADB-4DEB-9814-1C8A8744FD2A

TERMO DE AUTENTICAÇÃO L C I COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA

Código Ato 002

ntos			and the second
Cód	Qtde.	Descrição do Ato / Evento	PROCESSO Nº: 23165 Way
021	1	Alteração / Alteração de Dados (Exceto Nome Empresarial)	marra pre putcio 24 110 120
XXX	xx	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	12224
XXX	xx	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	WITHERICA: LOPOP PLS: 117
XXX	xx	**************************************	
XXX	xx	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR CARLOS MAGNO OLIVEIRA DOS REIS SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

ERTIFICO O DEFERIMEN	19185 19185 1	VEIRA DOS REIS SOB O NUMERO E DATA ABAIAC	Bairro	Municipio	Estado
IIRE / Arquivamento	CNPJ	Endereço / Endereço completo na exterior	VILA LAGE	São Gonçalo	RJ
00005378003	33.968.417/0001-00	Rua DR. ALBERTO TORRES 1003	XXXXXXXXXXXXXXXXXXX	xxxxxxxxx	xx
XXXXXXXXX	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	A CONTRACTOR OF THE PROPERTY O	XXXXXXXXXX	xx
(XXXXXXXXXX	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	xxxxxxxxx	xx
CXXXXXXXXXX	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	XXXXXXXXXXXXXXXXXX		XX
	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXX	XX
(XXXXXXXXXX	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXX	XX
(XXXXXXXXX	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXX	
XXXXXXXXX	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxx	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXX	XX
xxxxxxxxx		XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXX	XX
xxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXX	xx.xxx.xxx/xxxx-xx		xxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxx	X
XXXXXXXXX	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXX	xxxxxxxxx	X
XXXXXXXXXX	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	X
xxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	xxxxxxxxx	х
xxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX		xxxxxxxxx	X
xxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	×
xxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX		×
XXXXXXXXXX	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	xxxxxxxxx	×
XXXXXXXXXX	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	xxxxxxxxx	-
	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	XXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXX	
XXXXXXXXXX	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXX	,
xxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxx	,
xxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	xxxxxxxxxxxxxxxxx	XXXXXXXXX	>

Jorge Paulo Magdaleno Filho SECRETÁRIO GERAL

Deferido em 20/03/2023 e arquivado em 20/03/2023

Nº de Páginas

Capa Nº Paginas

1/1

Observação:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: L C I COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA NIRE: 336.0084757-5 Protocolo: 00-2023/219040-2 Data do protocolo: 17/03/2023 CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 20/03/2023 SOB O NÚMERO 00005378003 e demais constantes do termo de

Pag. 1/7

JUCEBJA

autenticação: 53171B8DA9197677F17473F3C198F890AB4BCE815339AB20BECBBE0045238AE7 Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.



Presidência da República Secretaria de Micro e Pequena Empresa Secretaria de Racionalização e Simplificação Departamento de Registro Empresarial e Integração Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.6.0084757-5

Tipo Jurídico

Sociedade empresária limitada

Empresa de Pequeno Porte

Nº do Protocolo

00-2023/219040-2

JUCERJA

Último arquivamento:

00005003151 - 19/07/2022

NIRE: 33.6.0084757-5

Calculado Pago Orgão 439,00 439,00 Junta 0.00 DREI 0,00

17/03/2023 09:56:33

L C I COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA

Boleto(s): 104318257

Hash: 32E61804-0ADB-4DEB-9814-1C8A8744FD2A

REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

L C I COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA

requer a v. sa o deferimento do seguinte atôROCESSO №: 132661205 DATA DE INÍCIO. 761 MILOS

Código do Ato

002

		DATA DE INICIO AL ADI
Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
021	1	Alteração / Alteração de Dados (Exceto Nome Empresarial)
XXX	xxx	
XXX	XXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXX	xxx	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
xxx	xxx	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Requerente

	Nome:	SIDNEY BARROS ROSA
Rio de Janeiro Local	Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE O Requerente DECLARA, sob sua responsabilidade pessoal, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais, a veracidade dos documentos e assinaturas apresentados no presente processo
17/03/2023	Telefone de contato:	2126066140
Data	E-mail:	sidneymmb@gmail.com
	Tipo de documento:	Digital
	Data de criação:	17/03/2023



00-2023/219040-2

Data da 1ª entrada:

Empresa: L C I COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA NIRE: 336.0084757-5 Protocolo: 00-2023/219040-2 Data do protocolo: 17/03/2023 CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 20/03/2023 SOB O NÚMERO 00005378003 e demais constantes do termo de



JUCERIA

estinado de la mente

3º ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA L C I COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO E SERVICOS LTDA

SIDNEY BARROS ROSA, brasileiro, casado sob comunhão de bens, nascido em 06/11/1982, portador da Carteira de Identidade nº 02.037.595-01, expedida pelo DIC-RJ e CPF nº 106.922.127-95, natural do Rio de Janeiro, residente e domiciliado na Rua Luiz Alberto da Silva, nº 43 – Casa 02 – Santa Isabel – São Gonçalo - Rio de Janeiro – CEP: 24.738- 230, pelo presente ato, constitui, com fulcro no art. 980 – A da Lei nº 10.406/02, a seguinte Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, a qual será regida pelas seguintes cláusulas:

Único sócio da sociedade empresária L C I COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA, com sede na Rua Dr. Alberto Torres, 1003 - Vila Lage -São Gonçalo - Rio de Janeiro - CEP: 24.426-260, registrada e arquivada na JUCERJA, sob o nº 33600847575 em 18/06/2019, inscrito no CNPJ sob nº 33.968.417/0001-00 resolve na melhor forma de direito, alterar o Contrato Social da firma para:

PRIMEIRA

DAS RAZÕES DA ALTERAÇÃO

1- ALTERAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL

Neste ato e por este documento, o capital social da sociedade empresária em moeda corrente do País, realizado e integralizado é o de R\$ 4.500.000,00 (Quatro milhões e quinhentos mil reais), em moeda corrente do País, integralizado e realizado nesta data, representado por 4.500.000 (Quatro milhões e quinhentos mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

SOMAR

PROCESSO Nº: 23766 Was DATA DE INÍCION I 10 Port

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro Empresa: L C I COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA NIRE: 336.0084757-5 Protocolo: 00-2023/219040-2 Data do protocolo: 17/03/2023 CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 20/03/2023 SOB O NÚMERO 00005378003 e demais constantes do termo de

JUCERJA

SOMAR PROCESSO Nº: 0376512014

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIALDATA DE INÍCIO: 04 140

RUBRICA:

Neste ato e por este documento, com as alterações acima, e permanecendo em vigor as demais cláusulas e condições, passa o Contrato Social ter a seguinte redação consolidada.

CLÁUSULA PRIMEIRA – NOME, SEDE E FORO

A empresa utilizará o nome L C I COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA, tendo sede na Rua Dr. Alberto Torres, 1003 – Vila Lage – São Gonçalo- Rio de Janeiro - CEP 24.426-260.

Parágrafo Primeiro:

Sociedade adota como nome fantasia: L C I COMERCIO E SERVIÇOS.

Parágrafo Segundo:

Por deliberação do sócio administrador, a empresa poderá abrir e manter e transferir e extinguir filiais, escritórios, agências ou depósitos em outras cidades, dentro e fora do país.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO SOCIAL.

- 47.44-0-99 Comércio varejista de materiais de construção em geral
- 14.12-6-01 Confecção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida
- 14.13-4-01 Confecção de roupas profissionais, exceto sob medida
- 18.22-9-99 Serviços de acabamentos gráficos, exceto encadernação e plastificação
- 25.42-0-00 Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias
- 43.21-5-00 Instalação e manutenção elétrica
- 43.22-3-01 Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás
- 43.22-3-02 Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração
- 43.29-1-04 Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos
- 43.30-4-03 Obras de acabamento em gesso e estuque
- 43.99-1-03 Obras de alvenaria
- 43.99-1-04 Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras
- 43.99-1-99 Serviços especializados para construção não especificados anteriormente
- 45.20-0-01 Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores
- 45.20-0-05 Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores
- 46.23-1-06 Comércio atacadista de sementes, flores, plantas e gramas
- 46.42-7-02 Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho
- 46.45-1-01 Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico,



PROCESSO Nº: 23765120 DATA DE INÍCIO: Q4 160 120 RUBRICA: _ MOY. FLS:

hospitalar e de laboratórios

- 46.49-4-01 Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal è doméstico
- 46.49-4-02 Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico
- 46.49-4-04 Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria
- 46.51-6-01 Comércio atacadista de equipamentos de informática
- 46.69-9-99 Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças
- 46.93-1-00 Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários
- 47.23-7-00 Comércio varejista de bebidas
- 47.41-5-00 Comércio varejista de tintas e materiais para pintura
- 47.42-3-00 Comércio varejista de material elétrico
- 47.43-1-00 Comércio varejista de vidros
- 47.44-0-01 Comércio varejista de ferragens e ferramentas
- 47.44-0-04 Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas
- 47.53-9-00 Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo
- 47.54-7-03 Comércio varejista de artigos de iluminação
- 47.55-5-03 Comercio varejista de artigos de cama, mesa e banho
- 47.59-8-01 Comércio varejista de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas
- 47.61-0-03 Comércio varejista de artigos de papelaria
- 47.63-6-02 Comércio varejista de artigos esportivos
- 47.72-5-00 Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal
- 47.82-2-01 Comércio varejista de calçados
- 47.89-0-07 Comércio varejista de equipamentos para escritório
- 49.24-8-00 Transporte escolar
- 52.29-0-02 Serviços de reboque de veículos
- 56.20-1-01 Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas
- 56.20-1-02 Serviços de alimentação para eventos e recepções bufê
- 56.20-1-04 Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar
- 81.22-2-00 Imunização e controle de pragas urbanas
- 81.29-0-00 Atividades de limpeza não especificadas anteriormente
- 82.30-0-01 Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas
- 93.29-8-99 Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente
- 95.11-8-00 Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos
- 95.21-5-00 Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico
- 95.29-1-02 Chaveiros



SUMAR PROCESSO Nº: 23700120

DATA DE INÍCIO: 24/16 SPOP. FLS: 22 PURETCA:

CLÁUSULA TERCEIRA – CAPITAL SOCIAL.

O Capital Social é de R\$ 4.500.000,00 (Quatro milhões e quinhentos mil reais) dividido em 4.500.000 (Quatro milhões e quinhentos mil) quotas de Capital Social no valor de R\$ 1,00 (Um real) cada, subscritas e integralizadas pelo titular neste ato, em moeda corrente do país.

SIDNEY BARROS ROSA TOTAIS C/ 4.500.000 quotas 4.500.000 quotas R\$ 4.500..000,00 R\$ 4.500.000,00

CLÁUSULA QUARTA – ADMINISTRAÇÃO.

A sociedade empresária será administrada pelo sócio administrador SIDNEY BARROS ROSA, isoladamente, e nos seus encargos administrativos têm incluído os atos de emissão de títulos e cheques, compra e venda de bens móveis ou imóveis, representação da sociedade em juízo ou em relação a terceiros e finalmente tudo que vier trazer o progresso da sociedade empresária.

CLÁUSULA QUINTA - PRAZO.

A sociedade iniciou suas atividades em 18/06/2019 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA SEXTA – EXERCÍCIO SOCIAL.

O encerramento do exercício social se dará no dia 31 de dezembro de cada ano.

CLÁUSULA SÉTIMA – RESPONSABILIDADE DO TITULAR.

A responsabilidade do sócio administrador da empresa é limitada ao capital integralizado (art. 1052 do CC/02), não respondendo ele subsidiariamente pelas perdas da empresa.

CLÁUSULA OITAVA – DESIMPEDIMENTO.

O administrador declara sob as penas da lei, que não foi condenado a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional. Contra as normas de defesa da concorrência, contra relação de consumo, e Fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA

O titular poderá fixar uma retirada mensal, a título de "Pró-Labore", observadas as condições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA.

Fica eleito o foro da Comarca de São Gonçalo, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

São Gonçalo, 17 de Março de 2023.

SIDNEY BARROS ROSA



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

EMPIESA: L C 1 COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA NIRE: 336.0084757-5 Protocolo: 00-2023/219040-2 Data do protocolo: 17/03/2023 CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 20/03/2023 SOB O NÚMERO 00005378003 e demais constantes do termo de



IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA L C I COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS 20/03/2023, ARQUIVADO 00-2023/219040-2, **PROTOCOLO** 33.6.0084757-5, NIRE LTDA, SOB O NÚMERO (S) 00005378003, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

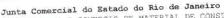
PF/CNPJ	Nome PASSA	
106.922.127-95	SIDNEY BARROS ROSA	
		SOMAR PROCESSO Nº: 03765202/ DATA DE INÍCIO: 24110 P.0 BURRICA: 4009 FLS: 23

20 de março de 2023.

Magdelino

Jorge Paulo Magdaleno Filho Secretário Geral

1/1



DUNTA COMERCIAI do Estado do Rio de Janeiro

EMPIESA: L C I COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA

NIRE: 336.0084757-5 Protocolo: 00-2023/219040-2 Data do protocolo: 17.03/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 20/03/2023 SOB O NÚMERO 00005378003 e demais constantes do termo de



JUCERIA



SOMAR

PROCESSO Nº: 23765/2024 €PL SOMAR <cplsomar@gmail.com>
DATA DE INÍCIO: 24/10 R4

RUBRICA: WOF FLS: 24

PP: 041/2024 (Recurso Administrativo)

3 mensagens

Licitação LCI licitacao.lci@gmail.com> Para: CPL SOMAR <cplsomar@gmail.com> 23 de outubro de 2024 às 19:23

Prezados(as), boa tarde!

Segue Recurso Administrativo conforme prazo legal para vossa apreciação.

Estamos à disposição!

Att. LCI Comércio e Serviços



LCI - Comércio e Serviços

São Gonçalo/RJ

Celular: (21) 99837-5829

E-mail: licitacao.lci@gmail.com

CNPJ: 33.968.417/0001-00 / I.E: 11.470.637

4 anexos

RECURSO.pdf 529K

CNPJ.pdf 95K

RG-CPF.pdf 284K

CONTRATO.pdf 1495K

CPL SOMAR <cplsomar@gmail.com> Para: Jorge Rodrigues <jorge@brando.com.br>

Prezado, bom dia.

Segue para vossa apreciação.

Att.

Autarquia de Serviços de Obras de Maricá - SOMAR Diretoria Op. de Admin. e Finanças Comissão Permanente de Licitação 24 de outubro de 2024 às 09:34

Telefone: (21) 9-9182-0123

[Texto das mensagens anteriores oculto]

4 anexos

RECURSO.pdf 529K

CNPJ.pdf 95K

> RG-CPF.pdf 284K

CONTRATO.pdf 1495K

SOMAR

PROCESSO Nº: 23+65/2024 DATA DE INÍCIO: 24/10/24
RUBRICA: 1000 FLS: 25

24 de outubro de 2024 às 09:45

CPL SOMAR <cplsomar@gmail.com> Para: Licitação LCI <licitacao.lci@gmail.com>

Prezados, bom dia.

Recebido. Processo aberto sob o número 23765-2024.

Att.

Autarquia de Serviços de Obras de Maricá - SOMAR Diretoria Op. de Admin. e Finanças Comissão Permanente de Licitação Telefone: (21) 9-9182-0123

Em qua., 23 de out. de 2024 às 19:23, Licitação LCI < licitacao.lci@gmail.com > escreveu: [Texto das mensagens anteriores oculto]



AUTARQUIA DE SERVIÇOS DE OBRAS DE MARICÁ DIRETORIA DE OPERAÇÕES ADM. E FINANÇAS COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

SON	//AR
Processo Número	23765/2024
Data do Ínício	24/10/2024
Folha	26
Rubrica	K

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº: 23765/2024

REFERÊNCIA: EDITAL PP n.º 41/2023 (PROC. ADM n.º 26250/2023)

OBJETO: Registro de preços para Aquisição de Madeiras e Insumos para Decks Futuros.

RECORRENTE: LCI COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA

Trata-se de recurso interposto pela empresa LCI COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA, contra decisão da Comissão Permanente de Licitação que a inabilitou.

DAS PRELIMINARES I.

Em sede de admissibilidade, foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, 1. interesse processual, fundamentação, bem como, certifica-se a tempestividade, pois a Recorrente respeitou o limite do prazo, conforme previsto pelo art. 4º, inciso XVII, da Lei nº 10.520/2002.

DOS FATOS 11.

- A recorrente interpôs recurso alegando que os preços apresentados em sua proposta 2. são exequíveis e sustentam a execução do objeto licitado. Todavia, conforme análise técnica realizada pela Diretoria Requisitante, os valores apresentados pela recorrente são inferiores ao custo mínimo necessário para assegurar a qualidade e viabilidade do fornecimento conforme exigido pelo edital.
- Ademais, após cumprimento de diligência pela licitante, e análise dos documentos 3. apresentados pelo técnico responsável, este constatou que a empresa licitante não comprovou a exequibilidade dos preços ocorrendo, portanto, sua inabilitação.

DA ANÁLISE DA INEXEQUIBILIDADE DOS PREÇOS III.

- A inexequibilidade de uma proposta caracteriza-se quando os valores apresentados 4. são incompatíveis com a cobertura dos custos envolvidos para o cumprimento das obrigações contratuais, conforme o art. 48, inciso II, da Lei nº 8.666/93.
- Após detalhada análise dos preços ofertados pelo recorrente deverá ser constatado 5. se os valores propostos apresentam discrepâncias consideráveis em relação aos custos mínimos de mercado, além de serem insuficientes para cobrir todos os itens previstos no escopo contratual, como Custos com Materiais e Insumos e Custos com Mão de Obra e Logística.



AUTARQUIA DE SERVIÇOS DE OBRAS DE MARICÁ DIRETORIA DE OPERAÇÕES ADM. E FINANÇAS COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

SON	
Processo Número	23765/2024
Data do Ínício	24/10/2024
Folha	A 27
Rubrica	()

DA BASE LEGAL E JURISPRUDENCIAL

O Tribunal de Contas da União já consolidou entendimento por meio da Súmula TCU IV. 6. 262 no seguinte sentido:

"O critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas "a" e "b", da Lei nº 8.666/93 conduz a uma presunção relativa de inexequibilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta."

- Nesse sentido, a Administração deverá, por meio de diligência, dar a oportunidade 7. para a empresa comprovar a exequibilidade de sua proposta, o que ocorreu.
- Além disso, a Administração deve priorizar a garantia da execução contratual em condições de viabilidade econômica e qualidade. Propostas cujos preços não refletem os custos reais, e que possam comprometer a execução plena, não devem ser consideradas, a fim de prevenir eventuais inadimplementos e assegurar a adequada prestação dos serviços.
- No entanto, diante das alegações da Recorrente, cuja qual afirma que não foram apresentados critérios (justificativas) para decisão quanto a inexequibilidade da proposta, esta Comissão requer seja realizada a remessa dos autos à Diretoria Jurídica, bem como a unidade técnica da Diretoria Requisitante para que, no âmbito de suas competências, se manifestem quanto ao alegado pela recorrente.

DA CONCLUSÃO V.

Em razão do exposto, encaminhando-se os autos à Diretoria Jurídica e ato contínuo, 10. à Diretoria Operacional de Obras Diretas.

Maricá, 31 de outubro de 2024.

Pregoeira 500.187





Serviço Público Municipal	
23765/2024	
24/10/2024	
28	
Bus	

Processo n.º 23765/2024.

PARECER GDJ n.º 261/DJUR/2024 RECURSO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2024. ANÁLISE DA LEGALIDADE.

Data: 07/11/20224.

I. Preâmbulo

Trata-se o presente de Recurso administrativo interposto pela empresa LCI COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS EIRELI contra decisão da CPL que a declarou inabilitada.

A recorrente alega, em síntese, que teve sua proposta declarada inexequível mesmo após a apresentação de documentação complementar suficiente para comprovar a capacidade da exequibilidade dos preços ofertados. Aduz, portanto, que sua desclassificação se deu de maneira imotivada e com ausência de argumentos que justifiquem a revogação dos atos praticados, anteriormente, por parte da Administração Pública.

A D. CPL apresentou relatório, às fls. 26/27, esclarecendo, brevemente, que a recorrente teve sua proposta declarada inexequível em razão dos valores ofertados estarem muito abaixo do estipulado no certame.

É o relatório. Passo a opinar.

Inicialmente cabe esclarecer que o exame desta Diretoria Jurídica se dá nos termos do inciso VII do art. 16, da Lei Complementar nº 306, de 13 de dezembro de 2018, subtraindo-se análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, considerando a delimitação legal de competência institucional deste órgão.

De plano, ressalta-se que <u>a matéria colocada no Recurso é de ordem técnica</u>, cumprindo ao órgão técnico analisar as questões técnicas à luz da jurisprudência e entendimentos acostados no Parecer que analison o Edital no limite da competência estabelecida pelo Parágrafo Único do art. 38 da Lei n. 8666/93.





Serviço Público	Municipal
Processo Número	23765/2024
Data do Início	24/10/2024
Folha	29
Rubrica	Bus

II. Dos Fatos

Em exame aos autos, é possível observar que em 27 de setembro de 2024 foi formalizada a 02º ata de realização do Pregão Presencial nº 41/2024, momento em que foram recebidos os envelopes com a proposta detalhe e documentos de habilitação de todos os participantes. No mesmo dia, ocorreu a formalização da 03º ata de realização pregão com o ranking dos ganhadores e abertura de prazo para comprovação da exequibilidade dos valores ofertados em proposta.

Em 02 de outubro de 2024 realizou-se a 04º sessão do PP nº 41/2024, no qual, a CPL consignou as empresas que apresentaram a documentação complementar para fins de comprovação da exequibilidade dos preços.

Na mesma oportunidade, a equipe técnica identificou que as informações contidas nos documentos apresentados pelas licitantes não foram suficientes para comprovar a exequibilidade das propostas, solicitando, assim, nova diligência para apresentação de outros documentos comprobatórios.

Posteriormente, durante a realização da 05° Ata do PP, em 09 de outubro de 2024, a CPL ranqueou a empresa LCI COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI para o item 03, porém, no mesmo ato, por orientação técnica, concluiu-se pela necessidade de diligência para comprovação da exequibilidade da proposta da recorrente, considerando a apresentação de valores muito abaixo do valor estimado para os itens em comento.

Formalizada a 06° ata do Pregão Presencial nº 41/2024, em 15 de outubro de 2024, a CPL concluiu pela não classificação da referida empresa para o item 03, conforme relatório da equipe técnica às fls. 1139/1142. No entanto, em razão da revisão dos atos praticados quantos as classificações anteriormente realizadas, foi aberto prazo para que a empresa LCI COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI apresentasse documentação que comprovasse a exequibilidade de sua proposta para os itens 01, 02 e 04.

Por fim, foi realizada a 07º ata de realização Pregão Presencial nº 41/2024, em 18 de outubro de 2024, informando a desclassificação da recorrente por não comprovar a exequibilidade da proposta para os itens 01, 02 e 04.





Serviço Público	Municipal
Processo Número	23765/2024
Data do Início	24/10/2024
Folha	30
Rubrica	Ba

Dos Critérios de Julgamento da Proposta III.

Preliminarmente, deve ser observado que a aceitação da proposta é um requisito previsto na legislação, no caso a Lei nº 10.520/2002, que cita a norma, em termos:

Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

I - a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento;

[...];

IV - a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

[...].

Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

[...];

XI - examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade; [...].

O edital de licitação nº 41/2024, por sua vez, estabeleceu em seu item 09 a forma de apresentação das propostas e em seu item 10 os critérios de julgamento, veja-se:

9. DAS PROPOSTAS E APRESENTAÇÃO (Art. 40, VI, Lei n.º 8.666/93).

9.1. Somente será aceita a Proposta que estiver preenchida em impresso original próprio ou modelo idêntico àquele fornecido pela CPL, desde que este contenha as informações solicitadas e atenda as seguintes condições:

9.1.1. A proposta deverá ser apresentada em envelope fechado, contendo, externamente, elementos que permitam a identificação do proponente e da licitação a que está concorrendo, vedado o recebimento do envelope fora do evento.





Serviço Público Municipal	
Processo Número	23765/2024
Data do Início	24/10/2024
Folha	31
Rubrica	Ba

9.1.2. A proposta deverá ser apresentada devidamente assinada, não podendo conter emendas, rasuras ou entrelinhas de qualquer natureza, e devidamente preenchida com os preços unitários e subtotal em algarismos.

9.1.3. O preço unitário deverá também ser escrito por extenso, em folha anexa a

proposta, visando elucidar possíveis dúvidas.

9.2. Em caso de divergência entre os preços apresentados em algarismos e por extenso será considerado o valor por extenso, desde que esteja compatível com a proposta -

9.2.1. Quando for verificado erro de soma, subtração, multiplicação ou divisão, o

resultado corrigido será o considerado.

9.3. Os licitantes deverão preencher o nome da empresa, o endereço, o e-mail, o CNPJ, o número da Inscrição Estadual e/ou Municipal (conforme o caso), e os dados bancários na primeira folha da Proposta, no local destinado para tal, datando, assinando todas as vias, bem como inserindo o carimbo do CNPJ, de modo legível, também em todas as

9.4. Os licitantes poderão apresentar carta em papel timbrado, anexada à proposta, com o vias. objetivo de esclarecer fatos ligados à cotação apresentada, ficando a critério do Pregoeiro considerar ou não, como subsídio, para instrução processual.

9.5. A proposta deverá ser preenchida com todos os elementos solicitados.

9.6. Os licitantes ficam obrigados a manter a validade da proposta por 60 (sessenta) dias

contados da data de abertura da sessão.

9.6.1. Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse da SOMAR, poderá ser solicitada a prorrogação da validade da proposta por igual prazo. 9.7. O licitante deverá apresentar, como anexo da proposta de Preços, a Declaração de Elaboração Independente de Proposta, nos termos do Modelo de Declaração constante do Anexo G.

10. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS (Art. 40, VIII e X, Lei n.º 8.666/93)

10.1. No local, dia e hora previstos neste edital, em Sessão pública deverão comparecer os licitantes, com os envelopes contendo a Documentação para Habilitação (B) e a Proposta de Preços (A), assim como, com declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação de forma avulsa.

10.2. Após o credenciamento dos licitantes, o Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços, verificando, preliminarmente, a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório, com a consequente divulgação dos preços cotados pelos licitantes.

10.3. Serão qualificados pelo Pregoeiro, para ingresso na fase de lances verbais, o autor da proposta de Menor Preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço. 10.4. Quando não forem verificadas, no mínimo, 3 (três) propostas escritas nas condições definidas no subitem 9.3 o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 3 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.





Municipal
23765/2024
24/10/2024
32
BIO

10.5. No caso de duas ou mais propostas apresentarem valores iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta de lances.

10.6. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sob pena de exclusão do certame.

10.7. A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante para efeito de ordenação das propostas.

10.8. Só serão aceitos lances cujos valores sejam inferiores ao último apresentado.

10.9. O Pregoeiro poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo e de valor dos lances, mediante prévia comunicação aos licitantes e expressa menção na ata da sessão. 10.10. O Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao

objeto e valor, e decidirá motivadamente a respeito.

10.11. A licitante classificada por apresentar o Menor Preço no certame, só será declarada vencedora, depois de verificadas as demais exigências deste Edital.

10.12. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências editalícias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração da melhor proposta, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o valor referente ao objeto deste Edital.

10.13. O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o licitante vencedor para que seja obtido melhor preço aceitável, devendo esta negociação se dar em público e ser formalizada em ata.

10.14. Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro e licitantes presentes.

10.15. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste Edital e seus Anexos.

10.16. O licitante vencedor ao término do certame deverá apresentar nova proposta formal (por escrito), com os valores obtidos após os lances verbais.

10.16.1. A proposta final do licitante vencedor, não poderá ser superior ao valor estimado para a presente licitação.

10.17. Os preços estabelecidos pela empresa para pagamento deverão considerar os custos na data de realização da licitação, englobando todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, encargos sociais e financeiros e quaisquer outras necessárias ao objeto desta licitação.

Observa-se que tanto no texto da Lei do Pregão, quanto no edital de licitação, é descrito que a aceitação é uma fase da proposta de preços e, encerrada a fase de competitiva, cabe ao pregoeiro realizar a aceitação da proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, nos termos do art. 4°, XI, da Lei n° 10.520/2002.

O exame de conformidade de propostas apresenta uma diferença sensível da aceitação de propostas. O primeiro é realizado no momento imediatamente anterior à fase de lances, como define o art. 4°, VII, da Lei do Pregão. O dispositivo prescreve:





Serviço Público	Municipal
Processo Número	23765/2024
Data do Início	24/10/2024
Folha	33
Rubrica	800

Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

 (\ldots)

VII - aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e entregarão os envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecidos, procedendo-se à sua imediata abertura e à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório; (...).

Nesse ponto, deve o servidor que exerce a função de pregoeiro, ou mesmo como a função de membro da Equipe de Apoio que auxilia o condutor do pregão, verificar se a proposta detalhe do licitante que ofertou o menor preço está em conformidade com os ditames legais e a previsão editalícia.

Logo, considerando os termos da legislação em vigor e a previsão editalícia, no julgamento da especificação técnica deve ser observada a disposição no artigo 41 caput da Lei n. 8.666/93, que dispõe:

> Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Conforme ensinamento do Doutrinador Marçal Justen Filho, "o instrumento convocatório cristaliza a competência discricionária da Administração, que se vincula a seus termos". (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 15ª Edição, São Paulo – 2012, p.657).

Confira-se a Jurisprudência do STJ:

4. Consoante dispõe o art. 41 da Lei 8.666/93, a Administração encontra-se estritamente vinculada ao edital de licitação, não podendo descumprir as normas e condições dele constantes. É o instrumento convocatório que dá validade aos atos administrativos praticados no curso da licitação, de modo que o descumprimento às suas regras deverá ser reprimido. Não pode a Administração ignorar tais regras sob o argumento de que scriam viciadas ou inadequadas. Caso assim entenda, deverá refazer o edital, com o reinício do procedimento licitatório, jamais ignorá-las. (MS 13005/DF, DJe 17/11/2008),





Serviço Público	Municipal
Processo Número	23765/2024
Data do Início	24/10/2024
Folha	34
Rubrica	Bus

Da Inexequibilidade da Proposta

De plano, ressalta-se que a questão da inexequibilidade deve ser tratada com bastante cuidado, tendo em vista que a Administração não pode se furtar a perseguição da proposta mais vantajosa em razão do interesse público, sob pena de omissão e danos ao erário.

A identificação das propostas inexequíveis é disciplinada pelo inciso II do artigo 48º da Lei 8666/93. Leia-se:

Art. 48. Serão desclassificadas:

II - propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação.

§ 1º Para os efeitos do disposto no inciso II deste artigo consideram-se manifestamente inexequíveis, no caso de licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores: (grifou-se)

a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração, ou

b) valor orçado pela administração.

Aliás, a desclassificação da proposta só pode ser admitida por exceção, em hipóteses bem restritas. Não pode a Administração se transformar em fiscal da lucratividade privada, ainda mais em tempos em que os recursos financeiros são parcos.

Ademais, deve o processo licitatório estimular a competitividade a fim de trazer preços mais vantajosos a Administração Pública.

IV.1 – A Variação De Custos

Por amor ao debate, a inexequibilidade se configura nos dias de hoje uma questão muito relativa. Essa relatividade tem como parâmetro o envolvimento de diversos setores econômicos e agentes atuantes no mercado.





Serviço Público	Municipal
Processo Número	23765/2024
Data do Início	24/10/2024
Folha	35
Rubrica	Bus

Existem atividades econômicas que comportam margem de lucro reduzida e outras atividades que apenas são viabilizadas mediante remuneração mais elevada.

Em razão do encolhimento da economia e de se tratar de projeto em que não se envolve aquisição de equipamento, é compreensível que as licitantes diminuam a sua margem de lucro a fim de se manter no mercado. Não pode a Administração Pública interferir na atividade econômica privada neste caso.

IV.2 - Os Critérios Objetivos para Avaliação da Inexequibilidade

Inicialmente, presume-se que as propostas inferiores a 70% do preço orçado pela Administração seriam inexequíveis.

Mas há outro limite, <u>apurável a partir das próprias propostas dos licitantes</u>. Nas palavras de Marçal Justen Filho "Tomam-se as propostas inferiores ao valor orçado pela Administração. Consideram-se apenas aquelas que sejam superiores a 50% do valor orçado e produz a sua média aritmética. Serão desclassificadas as propostas que forem inferiores a 70% dessa média". (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 15ª Ed., Dialética, p. 761).

O doutrinador Marçal Justen Filho¹ lançou luz sobre o tema:

"A instauração da licitação, mesmo na modalidade pregão, pressupõe a elaboração de orçamento por parte da Administração. Essa é a base primordial para avaliação da inexequibilidade. Até é possível imaginar que um particular disporia de instrumentos gerenciais mais eficientes do que a Administração Pública. Isso lhe permitiria executar o objeto licitado por preço inferior ao orçado pelas autoridades administrativas. No entanto, há limites para tanto. Não é possível estabelecer um padrão aplicável a todos os casos, o que impede a adoção de limites mínimos de variação em função do orçamento adotado. Cada situação é peculiar e única, dependendo de circunstâncias impossíveis de definição prévia exaustiva.

Logo, a apuração da inexequibilidade tem de fazer-se caso a caso, sem a possibilidade de eleição de uma regra objetiva padronizada e imutável. Isso significa que a Administração tem de conhecer o mercado, a composição de custos e as características pertinentes ao objeto licitado, de modo a avaliar genericamente o limite da inexequibilidade. Mas esse limite terá de ser testado no caso concreto.

¹ Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico", 4ª edição, São Paulo: ed. Dialética, 2005, pg. 133/134





Serviço Público	Municipal
Processo Número	23765/2024
Data do Início	24/10/2024
Folha	36
Rubrica	BAP

De todo modo, sempre que as propostas afastarem-se de modo significativo do orçamento elaborado pela Administração, deve reputar-se presente indício de inexequibilidade. Mas não é possível conceber que o orçamento elaborado pela Administração configuraria um valor mínimo ofertável pelos particulares. "Aliás, as licitações tenderiam à inutilidade se nunca houvesse formulação de propostas inferiores aos valores previstos nos orçamentos estatais".

O Tribunal de Contas da União proferiu importantes acórdãos acerca do tema:

"De fato, assiste razão aos Responsáveis quando aduzem que não há regra especifica sobre a inexequibilidade de preços para a aquisição de bens de consumo. A Lei nº 8.666/1993, utilizada de forma subsidiaria no pregão, define parâmetros de cálculo para a verificação da exequibilidade, somente para obras e serviços de engenharia (art. 48, § 1°). Também não há nos Decretos n°s 3.555/2000 e 5.450/2005, que regem o pregão, dispositivo especifico tratando de inexequibilidade de preços.

Diante desta lacuna, não cabe ao pregoeiro estipular, de maneira subjetiva, critérios de exequibilidade de preços, uma vez que não ha espaço para subjetivismos na condução dos certames públicos (art. 44, § 1°, da Lei n° 8.666/1993.).

Para essas situações, já decidiu esta Corte que não cabe ao pregoeiro ou a comissão de licitação declarar a inexequibilidade da proposta da licitante, mas facultar aos participantes do certame a possibilidade de comprovarem a exequibilidade das suas propostas (Acórdão nº 1.100/2008 – Plenário).

Tal solução privilegia o interesse público, ao resguardar a Administração de levar a frente um certame em que a proposta é inexequível, no mesmo passo em que impede a utilização de subjetivismos na decisão.

Assim, como ficou demonstrado, a decisão de alijar do pregão aqueles que ofertaram preço de R\$ 235,00, ou próximos a este valor, foi irregular, porquanto baseada em critério subjetivo, e em afronta a jurisprudência deste Tribunal, no sentido de que deve ser facultado aos participantes do certame a possibilidade de comprovarem a exequibilidade das suas propostas".

Acórdão TCU nº 559/2009 - Primeira Câmara (Voto do Ministro Relator)

"[...] desclassificação indevida da proposta de menor preço, considerada inexequível em decorrência da aplicação equivocada das regras insculpidas no art.48, da Lei nº 8.666/93, justifica a anulação do ato irregular praticado bem como dos demais atos que dele tenham decorrido."

Acórdão nº 294/2008 - Plenário, rel. Min. Raimundo Carreiro

"20. No que se refere à inexequibilidade, entendo que a compreensão deve ser sempre no sentido de que a busca é pela satisfação do interesse público em condições que, além de vantajosas para a Administração, contentam preços que possam ser suportados pelo contratado sem o comprometimento da regular prestação contratada. Não é o objetivo do Estado espoliar o particular, tampouco imiscuir-se em decisões de ordem estratégica ou econômica das empresas. Por outro lado, cabe ao próprio interessado a decisão a





Serviço Público	Municipal
Processo Número	23765/2024
Data do Início	24/10/2024
Folha	34
Rubrica	Bus

cerca do preço mínimo que ele pode suportar. 21. Assim, o procedimento para a aferição de inexequibilidade de preço definido no art. 48, II, §1°, alíneas "a" e "b" da Lei n° 8.666/93 conduz a uma presunção relativa de inexequibilidade de preços. Isso porque, além de o procedimento encerrar fragilidades, dado que estabelece dependência em relação a preços definidos pelos participantes, sempre haverá possibilidade de o licitante comprovar sua capacidade de bem executar os preços propostos, atendendo satisfatoriamente o interesse da Administração."

Acórdão nº 287/2008 - Plenário, rel. Min. Ubiratan Aguiar

Há também a Súmula do TCU nº 262/2010:

"O critério definido no art. 48, inciso II, § 1°, alíneas 'a' e 'b', da Lei nº 8.666/93 conduz a **uma presunção relativa de inexequibilidade de preços**, <u>devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta</u>."

Além disso, o Tribunal de Contas da União indica ser dever da Administração Pública a promoção de diligências para o saneamento de eventuais falhas na proposta e reafirma a impossibilidade de o licitante majorar o valor inicialmente proposto. Leia-se:

A existência de erros materiais ou omissões nas planilhas de custos e preços das licitantes não enseja a desclassificação antecipada das respectivas propostas, devendo a Administração contratantes realizar diligências junto às licitantes para a devida correção das falhas, desde que não seja alterado o valor global proposto. (Acórdão 2.546/2015 – Plenário).

É irregular a inabilitação de licitante em razão de ausência de informação exigida pelo edital, quando a documentação entregue contiver de maneira implícita o elemento supostamente faltante e a Administração não realizar diligência prevista no art. 43, §3°, da Lei 8.666/93, por representar formalismo exagerado, com prejuízo à competitividade do certame.

(Acórdão TCU Nº 1.795/2015 – Plenário)

Dessa forma, do ponto de vista jurídico, recomenda-se que a equipe técnica da Diretoria Requisitante auxilie a D. CPL a realizar uma análise minuciosa da documentação apresentada pela licitante LCI COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI, certificando, se restou ou não, comprovado que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, nos termos do edital e do II do art. 48 da Lei nº 8.666/93.





Serviço Público	Municipal
Processo Número	23765/2024
Data do Início	24/10/2024
Folha	38
Rubrica	Bu

V. Conclusão

Ante todo o exposto, entendemos que o recurso deve ser recebido, e, para o seu julgamento devem ser realizadas as devidas certificações pela equipe técnica competente, observadas a análise e as recomendações exaradas neste parecer.

O procedimento a ser adotado na análise do Recurso está expresso na Lei 8.666/93:

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

§ 4°. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

Com essas considerações, permanecemos à disposição para eventuais esclarecimentos remanescentes.

A D. CPL,

S.m.j., é o parecer.

BRUNO FIALHO RIBEIRO

Director Jurídico

Autarquia Municipal de Serviços de Obras de Maricá - SOMAR



SOM	AR
Processo Número	23765/2024
Data do Ínício	24/10/2024
Folha	39
Rubrica	(1)

AUTARQUIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS DE OBRAS DE MARICÁ – SOMAR DIRETORIA OPERACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

À Diretoria Operacional de Obras Diretas,

Trata-se o presente de recurso administrativo ao Edital do Pregão Presencial nº 41/2024, interposto pela empresa LCI COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA.

Encaminhamos os autos para manifestação acerca do Parecer GDJ № 261/DJUR/2024 da Diretoria Jurídica, às fls. 28/38.

Maricá, 07 de novembro de 2024.

Geane Medeiros de Oliveira Paula da Silva Pregoeira





SOM	IAR
Processo nº	23765/2024
Data de Início	24/10/2024
Folha	40
Rubrica	

PROC. ADM. Nº: 23.765/2024

RECURSO:

Pregão Presencial nº 41/2024

RECORRENTE:

LCI COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS

LTDA

I - INTRODUÇÃO

Trata o presente da análise do recurso administrativo interposto pela empresa LCI COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA que pleiteia a reavaliação da decisão de sua inabilitação.

II - DO PEDIDO DA RECORRENTE

A Recorrente apresenta seu pedido pela reconsideração da decisão que culminou na sua inabilitação quanto a possível inexequebilidade de sua proposta em relação aos preços de referência do referido processo, fazendo alegações quanto a ilegalidade dos atos que culminaram na não identificação da exequibilidade de sua proposta.

Cabe a esta área técnica se manifestar tão somente quanto aos documentos apresentados pela Recorrente para análise de sua proposta, não cabendo tratar sobre quaisquer outros pontos do recurso.

III – DOS FATOS E FUNDAMENTOS

Quando do início da licitação do presente processo, a documentação apresentada por todas as empresas continha suas propostas de preços os quais a Douta CPL cuidou de registrar sua classificação através do rankeamento das mesmas.

A SOMAR, através de seu setor responsável, desenvolveu ampla pesquisa de preços em atas de registro de preço, bancos de preços, portal de compras e também de fornecedores locais. Tais valores foram analisados pela controladoria da autarquia que inclusive em sua busca por cotações acrescentou outras propostas obtidas e que, após tratamento estatístico resultaram nos valores de referência adotados na presente licitação.

Em primeira análise verificou-se que os preços praticados pela Recorrente se encontravam muito abaixo aos de referência que foram calculados pelo setor responsável da autarquia. Culminando então na suspeição da exequibilidade dos mesmos. Tal fato não ocorreu apenas quanto a proposta apresentada pela Recorrente, mas sim para quase todas as empresas que participavam do certame.

Assim, após explicação aos licitantes durante sessão, foi solicitado pela Douta CPL que os participantes entregassem documentação que pudesse comprovar a exequibilidade de suas SOMAR

Página I de 3





SOM	1AR
Processo no	23765/2024
Data de Início	24/10/2024
Folha	41
Rubrica	1

propostas, exemplificando-se aos mesmos que poderiam ser notas fiscais de fornecimento, notas fiscais de recebimento, contratos ou quaisquer outros documentos comprobatório, bem como a decomposição de suas propostas.

Ressaltando-se que embora não caiba a Administração Pública aferir posição quanto aos ganhos dos licitantes quanto a julgar seus rendimentos se exagerados ou não, a apresentação da decomposição auxilia no entendimento da formação do preço ofertado.

IV – DA ANÁLISE FÁTICA

A lei ° 8.666/93 em seu artigo 48, afirma que:

Art. 48. Serão desclassificadas:

II - as propostas com preços excessivos ou manifestamente inexequíveis.

- II propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequiveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação
- Para os efeitos do disposto no inciso II deste artigo consideram-se manifestamente inexequíveis, no caso de licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:
- a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinqüenta por cento) do valor orçado pela administração, ou
- b) valor orçado pela administração.

Assim, foram feitas as análises para exequibilidade das propostas como indicado no artigo acima citado para cada um dos itens do objeto desta licitação e esta análise encontra-se no processo licitatório à fls. 1139/1142.

Entretanto, como já esclarecido também junto a análise de exequibilidade acima citada, o TCU, em sua Súmula 262, esclarece que deve ser dado aos interessados oportunidade de apresentação dos documentos que comprovem a exequibilidade de suas propostas. O que já havia sido apresentado pela Recorrente e, em nova análise, houve o entendimento de que tais documentos não foram suficientes para comprovar sua capacidade em atender a Administração Pública em sua necessidade dos materiais objeto desta licitação através do fornecimento de todo o quantitativo pelo preço pela Recorrente ofertado culminando, portanto, na inabilitação da Recorrente após amplo direito de apresentação de documentos que pudessem comprovar sua proposta. jorge Rodrigues de Andri

CREA/RJ 1997104687





SOMAR	
Processo no	23765/2024
Data de Início	24/10/2024
Folha	42
Rubrica	A

III -DA CONCLUSÃO

Pelo acima exposto entendemos que os documentos apresentados pela Recorrente para comprovar a possibilidade de exequibilidade para os diversos itens de sua proposta não continham informações suficientes para tal conclusão. Devendo a Administração Pública pautar suas decisões não só pela aquisição através do menor preço dos objetos de seu interesse, mas sim e, principalmente, pela proposta mais vantajosa que não pode deixar de avaliar a garantia do fornecimento e a consequente continuidade dos serviços vinculados ao objeto da presente licitação. Assim, concluímos pela rejeição do pedido e a consequente manutenção da inabilitação da Recorrente.

Maricá, 08 de novembro de 2024.

Eng. Jorge Kodrigues de Androus CREARJ 1977/04687 Eng. Jorge Kodrigues de Andrade Matric. 500.227



SOMAR	
Processo Número	23765/2024
Data do Ínício	24/10/2024
Folha	O 43
Rubrica	NA.

AUTARQUIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS DE OBRAS DE MARICÁ – SOMAR DIRETORIA OPERACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº: 23765/2024

REFERÊNCIA: EDITAL PP n.º 41/2024 (PA n.º 26250/2023)

OBJETO: Registro de preços para Aquisição de Madeiras e Insumos para Decks Futuros.

DECISÃO - CPL

De acordo com o Parecer Jurídico GDJ n.º 261/DJUR/2024, às fls. 28/38, bem como a manifestação da equipe técnica da Diretoria Operacional de Obras Diretas, às fls. 40/42, e seguindo suas orientações, a CPL mantém sua decisão, de desclassificação da empresa LCI COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA.

Ante o exposto, esta Comissão julga o presente Recurso como INDEFERIDO.

A Diretoria Operacional de Obras Diretas, na forma do artigo 109, parágrafo 4º da Lei n.º 8.666/1993.

Maricá, 08 de novembro de 2024.

Geane Medeiros de Oliveira Paula da Silva

Pregoeira 500.187





SOM	1AR
Processo nº	23.765/2024
Data de Início	24/10/2024
Folha	44
Rubrica	1

DECISÃO - RECURSO HIERÁRQUICO

PROCESSO Nº:

23.765/2024

LICITAÇÃO:

Pregão Presencial nº 41/2024

PROC. ADM. Nº:

26.250/2023

OBJETO

AQUISIÇÃO DE MADEIRAS E INSUMOS PARA DECKS

FUTUROS

RECORRENTE:

LCI COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS

LTDA

I - RELATÓRIO

Trata-se do recurso interposto em face da Decisão - CPL que inabilitou a Recorrida nos autos do processo licitatório em epígrafe. A D. CPL então, em sua decisão, manteve seu posicionamento anterior.

De plano, conforme relatório da CPL à fls. 26/27, a Recorrente alega que os preços de sua proposta são exequíveis, porém a análise técnica realizada pela diretoria requisitante restou pela discordância de tal afirmação visto os preços apresentados pela Recorrente serem inferiores ao necessário paras assegurar a viabilidade do fornecimento conforme exigido pelo edital.

A Diretoria Jurídica em seu parecer GDJ nº 261/DJUR/2024 acostado aos autos à fls. 28/38 do presente processo indica não ter vislumbrado ilegalidade no certame e ainda que devem ser realizadas as devidas certificações pela equipe técnica competente.

Nesse sentido, alinho-me ao entendimento esposado pelos órgãos técnicos da SOMAR, os quais adoto como razões de decidir no julgamento do presente Recurso.

II - CONCLUSÃO

Isto posto, conheço o Recurso, por atender aos requisitos de admissibilidade e, no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, mantendo a decisão proferia pelo Órgão Colegiado (CPL).

Maricá, 08 de novembro de 2024.

Fillipe Wallace Ferreira Herdy DIRETOP OPERADISMA, DE OBRAS DIRETAS Mat. 500.039

Fillipe Wallace Ferreira Herdy Diretor Operacional de Obras Diretas

SOMAR

Diretoria Operacional de Obras Diretas Rua Raul Alfredo de Andrade, s/n°, Caxito, Maricá-RJ Tel.: (21) 3731-4912 com atualização trimestral de valores em conformidade com os preços de mercado.

Processo Licitatório nº 25471/2023

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 18/2024 Objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE PEDREIRA

Vigência: 22/07/2025 Valor Total: R\$18.301.733,58

Empresa: LIDERANÇA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 15.180.535/0001-69

Endereço: Estrada dos Menezes, nº 850 sala 1416- Mutondo -São Gonçalo/RJ, CEP 24.451-230

Os valores publicados, são para fins de orientação dos órgãos da administração direta e indireta, conforme art.6°, XI, Decreto Municipal 611/2020.

Documento publicado na integra na edição do JOM nº 1622 de 31/07/2024 e disponível pelo link https:// www.marica.rj.gov.br/jom/ed-1622/

Gestor Responsável: Divisão de Compras

Rua: Raul Alfredo de Andrade - Caxito - Maricá/RJ, CEP:24.910-530

Tel:(021) 99422-2671/99497-3129

Maranata Sauerbron Divisão de Compras Matricula, 500,113

PATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 38/2024

derando o disposto no art. 15, V, e §2º, da lei 8666/93, e para fins de devida publicidade, segue extrato da Ata de Registro de Preço com atualização trimestral de valores em conformidade com os preços de mercado.

Processo Licitatório nº 24917/2023

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 32/2024

Objeto: FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MUROS DE VIDRO PARA PARQUES, PRAÇAS E ESPA-COS PÚBLICOS PERTENCENTES À CIDADE DE MARICÁ-RJ

Vigência: 08/08/2025

Valor Total: R\$ 16.352.660,00

Empresa: COMERCIAL DE EQUIPAMENTOS CNL LTDA

CNPJ: 13.391.199/0001-78

Endereço: Rua Henrique Dias, nº 61, Lote 1144 -Paraiso- São Gonçalo/RJ, CEP 24.431-410

Os valores publicados, são para fins de orientação dos órgãos da administração direta e indireta, conforme art.6°, XI, Decreto Municipal 611/2020.

Documento publicado na integra na edição do JOM nº 1628 de 14/08/2024 e disponível pelo link https:// www.marica.rj.gov.br/jom/ed-1628/

Gestor Responsável: Divisão de Compras Rua: Raul Alfredo de Andrade — Caxito — Maricá/RJ, CEP:24.910-530

Tel:(021) 99422-2671/99497-3129

Maranata Sauerbron

Divisão de Compras

Matrícula, 500,113

AUTAROUIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS DE OBRAS DE MARICÁ - SOMAR COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO - PREGÃO ELETRÔNICO № 90007/2024 - RECURSO

UASG 927342

ocesso Administrativo n.º 24349/2024

equerente: PETRA AGREGADOS RJ LTDA

Decisão: INDEFERIDO

AUTARQUIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS DE OBRAS DE MARICA - SOMAR COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2024 SRP- RECURSO

Processo Administrativo n.º 23671/2024 Requerente: NAOPATI MADEIRAS LTDA

Decisão: INDEFERIDO

AUTARQUIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS DE OBRAS DE MARICÁ - SOMAR COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2024 SRP- RECURSO

Processo Administrativo n.º 23773/2024

Requerente: MM EFRAIM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

Decisão: INDEFERIDO

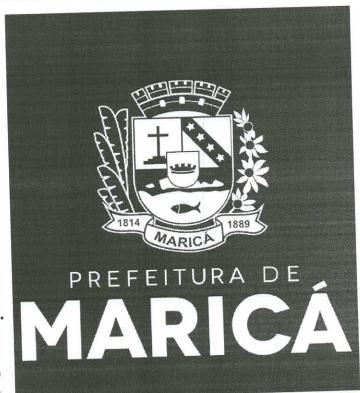
AUTARQUIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS DE OBRAS DE MARICA - SOMAR COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2024 SRP- RECURSO

Processo Administrativo n.º 23765/2024

Requerente: LCI COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA

Decisão: INDEFERIDO







Divisão CPL - SOMAR Matr. 500.106

NO ODIA

FCONOMIA

DATA DE INÍCIO: 14/10/24

RUBRICA: FLS: 46

RECLAMAR ADIANTA O condomínio onde moro anunciou a necessidade de

uma cota extra para cobrir despesas inesperadas. Fiquei em dúvida sobre quem é responsável pelo pagamento desta cota e se existem regras específicas que regem essa cobrança. Poderiam me esclarecer quem deve arcar com esse custo?

(Álvaro Esteves, Tijuca).

Cota extra do condomínio: quem paga?

egundo a advogada Marcele Loyola, as cobranças adicionais praticadas pelos condomínios, conhecidas como "cotas extras", são geralmente criadas para cobrir despesas uño previstas no orçamento anual, como reparos urgen-tes, aumentos imprevistos de custos ou outras necessidades

financeiras.
Inicialmente, cabe esclare-cer que a cota extra é excepcional, e só pode ser imple-mentada após aprovação em assembleia, na qual os con-dôminos têm a oportunidade dóminos têm a oportunidade de entender as razões da co-brança, avaliar a real neces-sidade de contribuição e até mesmo questionar a aplicação da cota extra. "Mas havendo a sua aprovação, a regra geral é que todos os proprietários das unidades devem contribur, independentemente de esta-remocupando o inóvel ou alu-gando-o", explica a advogada. Para os casos em que o imó-

Para os casos em que o imó-vei está alugado, a responsa-bilidade pela cota extra geralbilidade pela cora extra gen-mente recai sobre o propric-tàrio locador, a menos que o contrato de locação estabele-ça que o inquilino ficará res-ponsável por esse pagamento específico.



"É importante nesses casos sempre consultar a convenção do condomínio, pois algumas possuem re-gras próprias para despesas extraordinárias, e se tiver dúvidas sobre a gestão fi-nanceira do condomínio, solicitar o acesso às contas para garantir que tudo está sendo conduzido de manei-ra transparente", conclui

Marcele Loyola.

Ao entender as regras do seu condomínio e garantir que seus direitos sejam respeitados, você contribui para uma gestão financei-ra mais justa e equilibrada, salienta o advogado Átila Nunes do serviço www. reclamar adianta com br. O atendimento é gratuito pelo e-mail jurídico@recla-maradianta.com.brou pelo WhatsApp (21) 993289328

PGR quer regras mais rígidas para as bets

Procurador-geral da República, Paulo Gonet, afirma que a legislação está 'aquém do indispensável' e fere a Constituição

Procuradoria-Geral da República (PGR) entrou com ação no Supremo Tribunal Federal (STF), na última se-gunda-feira, contra a lei que regulou as apostas on-line, conhecidas como bets. O procurador-geral Paulo

Gonet afirmou que a legisla

Gonet afirmou que a tegista-ção está "aquém do indispen-sável" e fere a Constituição. "É insuficiente para pro-teger direitos fundamentais dos consumidores dos pro-dutos e a própria economía nacional, em face do caráter predatório que o mercado de apostas virtuais ostenta", diz na ação enviada ao STF.

O objetivo è fazer com que O STP declare a lei inconsti-tucional e, com isso, forçar o Congresso a aprovar uma re-gulamentação mais rigorosa do mercado das bets. Se o pedido for aceito, as

bets podem ser proibidas até a edição de uma nova legislação.

Gonet afirmou que uma longa lista de direitos fun-damentais estão desprote-gidos pela nova legislação, como dignidade humana, como digitada de saúde e propriedade, além dos direitos de grupos vulneráveis, como adolescentes e idosos. Também alegou que o regramento põe em risco a ordem econômica e o merca-



Presidente Lula ao lado do procurador-geral Paulo Gonet (D)

do interno. Um dos argumentos cen-trais de Paulo Gonet é que o STF já reconheceu as loterias como um serviço público e, assim, segundo o procuraassim, segundo o procura-dor-geral, a exploração in-direta do setor não poderia ser feita apenas com auto-rização, mas dependeria de concessão ou permissão, me-

diante licitação.
"O serviço público da lo-teria online não pode ser es-

cancarado com essa desor-denada amplitude. Deve ha-ver limites estipulados pelo ver limites estipulados pero legislador quanto aos obje-tos dessas apostas online; são imprescindiveis limites de oferta desse serviço que se mostra particularmente sensível a efeitos vastamente preocupantes, potencial-mente devastadores", defen-de o procurador-geral.

Com informações do Estadão Conteúdo

para Jovem **Aprendiz**

Porto do Açu abre vagas para o Rio de Janeiro e São João da Barra

O Porto do Açu, maior complexo porto-indústria privado da América Lati-na, abriu inscrições para o Programa Jovem Apren-diz nos escritórios do Rio de Janeiro e de São João da Barra. Os interessados da Barra. Os interessados devem se candidatar pelo site https://encurtador. com.br/g15TL até a próxi-ma segunda-feira. As oportunidades são voltadas a jovens de 18 a

21 anos que tenham En-sino Médio completo ou concluído até o fim de 2024. A carga horária é de 6 horas de trabalho por dia, das 8h às 14h. "Como uma 'excelen-

"Como uma exerci-te empresa para se tra-balhar', segundo ran-king da Great Place To Work, acreditamos que um ambiente plural e in-clusivo nos conecta com nosso compromisso com o desenvolvimento sus-tentável, gerando mais tentavei, gerando mais inovação e despertando o que há de meihor em cada um", ressalta Vivia-ne Menini, gerente de Recursos Humanos do Porto do Açu.

Fale conosco: odia@rectamaradianta.com.br WhatsApp: (21)993289328

MUNICÍPIO DE CORDEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO SLETRÔNICO N. RIO/7024
ential outratação de enjumba para pree quanticados e avigências sotoselend

Cordoro, 11 de novembro de 2024. KELLY BILVA BONIFÁCIO



ESTADO DO RIO DE JANBIRO
SOMAR-AUTARGUIA MUNICIPAL DE SERVICOS DE OBRAS DE MARIAÇÃO DE FINANÇAS
DIMASO DE COMPRAS.

Direado de Compras SCAMAR. no uso de suas stribuções, convoca pessoas ja usa, a representarem organizados para os objetos abalva relacionadado. De inter-tos poderão objeto como a O Termo de Referencia e ambie informações por maio defone (21) 1942-2-2671/94167-3120, a zelo reclemço eletrônico

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNE-CIMENTO E CONFECÇÃO/EXECUÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFI-COS E DIVERSOS. 28094/2023

Maranata Saverbron Matricula 503.113

Chele de Divisão - Compra AUTARQUIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS DE OBRAS DE NARICÁ - SONAR
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO - PREGÃO ELETRÔNICO N° 90007/2024 - RECURSO
UASO 927342
OCASSO Ádministrativa n° 24/34/2024
QUESTRO PETRA AGREGADOS RJ LTDA
FORMAN INSPERIOR

SCHAO INDEFERIDO

AUYARQUIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS DE OBRAS DE NARICÁ - SOMAR COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2024 BRP. RECURSO

NACIPATI MADEIRAS LTDA

AUTARQUIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS DE OBRAS DE MARICA - SOMAR COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2024 SRP. REGURSO

ministrativo n.º 237/3/2024 MM EFRAIM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

AUTARQUIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS DE OBRAS DE MARICÁ - SOMAR COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2024 SRP- RECURSO

o Admiristrativo n.º 23765/2024

one. LCI COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Processor O' BE-FIND ON SERVING UN THE DESCRIPTION OF THE PROCESSOR OF THE

centiano).
Praze: Os discumentos de marcido e credendamento constintes no adela do Ovaria.
Praze: Os discumentos de marcido e credendamento constintes no adela de Ovaria.
Problem SMPO-HID nº 050023 denvelo ser entregais e producidades na 1º servido sintensorió moltadas no ció 117-20024, a 3 o 10 dez), bezar na Secretata Manquel de Pesalocontrol Decembro. Visualiza a Acensia Vivolizaria Nargas, 1977, 3º andar, salo 315. Cento - 1

Curia is emploi de ellet. Blanche componatori di si posicificativa di annora. Il alexano titto di municatori di titti di si posici di si posici di si posici di considera di si posici di si posici di di si posici di si posi

SERVICO DE VETERANDS E PENDIOMISTAS DA MARRIMA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrónico nº 1990/7/20/4 - U.ASIG 764/200

o: 634/601/465/20/43. Octobre 7/69/20/40 de Pregos para eventual o materiale o ampliquemento de informática o motos de cescávilo para de informática o motos de cescávilo para de informática o motos de cescávilo para deservación de cescávilo para de informática considerá considerá de informática de informática de informática considerá de informática de inform

LEANDRO CONCEICAO DE DLIVEIRA Aux. de Seção de Obtanção (SIASGnet - 08/11/2024) 784200-00001-2024NE090001



SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO - AVISO

AComissão de Confiritação da Secretaria de Estado de Administração Pentianciária, toma público que realizará no Portal do SIGA (www. comorna n.gov.br) a flicitação abaixo, seo a modalidade Pregão Eletrônico, com as seguintas características;

Eletránico, com as regularias Cartacerias-cusos.

PREGÃO ELETRÓNICO Nº, PE 004/24

DATA, 04/12/2024 HORA: 11h00
TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM
MODO DE DISPUTA: ABERTO
OBJETO: Registro de Prapos pará reusistada de materiais de limnus
em geral para atander aco estabelecimentos prásionais, hospitalaferes
em geral para atander aco estabelecimentos prásionais, hospitalaferes
sorios actimizativos en alercado os procusacionais de la companio de companio de Secretaria de Estado de Johns engaço Perinérios de
SEAPIPIL, cortoma condições, quantedados e exigências estabelecidos
SEAPIPIL, cortoma condições, quantedados e exigências estabelecidos

nosto Edital e seus anexos PROCESSO SEI nº 2100104/000178/2023

MUNICÍPIO DE CORDEIRO

MUNICIPIO DE CHRISTINO

ROYO ANDO DEL LISTACIO.

OBJETO. Pel. E juliu e a evenidad justificio e medicarrente gradione gondições, quantidad se superior e medicarrente gradione gondições, quantidad e superior e medicarrente gradione gondições e superior e superior e april e april e superior e april e superior e april e superior e april e april e superior e april e april e superior e april e ap

Edital de CONDOMNO DE CENTRO EMPRESANTAL RARRASHOPPING.

Heital de CONDOMNO DE CENTRO EMPRESANTAL RARRASHOPPING.

Tregators Javonova. A Substitutes of so better of 20 dicente Compressantial Standardown, en
proposition of the Control of the Contr

a deministração (**), augo co-ta a deministração (**), concursos. CENTRO EMPRESARIA BARRASHOPPING Multiplan Empresaridmentos Imoutitários S.A. Substratica



SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREPTOS HUMANOS

COMISOS DE PREGÃO ELETRÓNICO AVISO - EDITAL

PREGÃO ELETRÓNICO N° 502/2024 - MENOR PREÇO GLOBALPOR LOTE

OBJETO: Registro de Preços, para a sucisição por menor preçoglobal por lots objetivando o forrecembros de misurose para riscocombater os defetts danatos consideres, de calamidade pública,
nos casos de enregionado e forrecembros de misurose para riscounifinada do standinarios de pessoas. Para esses casos, refusidado,
nos casos de enregionado de pressoas, Para esses casos, e refusidado
comprometes apolicar de fullação que poisas casionar prejuiza ou
comprometes apolicar o formecimento de cestas básicias, garrafas
de compressoas de exigências estabelecidas neste Edital e seus sensoas.
LOCAL: www.compromati.gov.bt/

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

LOCAL: www.compromati.gov.bt/

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

Local de RS 9.448.000,00 (nove milhões, quabrocentos a quarenta
colon resis?)

VALOR ESTIMADO DA CUNINATIVA DE Lote 1 de RS 448.000,00 fonomishões, quatrocentos a querenta e otor rasis; Lote 2 de RS 876.250.00 (oliocentos e setenta e seis mil e duzentos e anquenta redis); Lote 3 de RS 256.055.00 (seis milhões, duzentos e cinquenta e seis mil e enquenta e cinca redis). Lote 4 de RS 7.6223.000.00 (decassois milhões, duzentos e viniz e che de CRS 2000.000 (decassois milhões, duzentos e viniz e principal de CRS 2000.000 (decassois milhões, duzentos e viniz e con contra contra

três mil mais) Loto 5 da RS 12.642.045,00 (doze milhões, seiscentos e quarenta e

VALOR ESTIMADO: R\$ 45,445,350,00 (quarenta a cinco milhões. PROCESSA GELENICIDADE

O edital e enue CONTINA A Paris no eletrônico www.CONTINA DA Aris no adquirida um ava impress de papel Al, Daley Braga n' 118, d'under Divisão CPL - SOMAR

Matr. 500,106